

## Consultas Públicas para PDE 2035 e PNE 2055 são lançados

No dia 12 de fevereiro de 2026, o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) lançaram as consultas públicas que subsidiarão a elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2035 e do Plano Nacional de Energia (PNE) 2055, dois dos principais instrumentos de planejamento do setor energético brasileiro. Os documentos, elaborados pela EPE e vinculados às diretrizes do MME, fornecem base técnica para orientar decisões de curto, médio e longo prazo, reforçar a previsibilidade regulatória e apoiar a formulação de políticas públicas estratégicas do setor de energia.

No caso do PDE 2035, o processo participativo foi formalizado por meio da **Consulta Pública nº 214, de 12 de fevereiro de 2026**, destinada ao recebimento de contribuições para Minuta do Plano Decenal de Expansão de Energia 2035 – PDE 2035. O PDE 2035 possui horizonte de dez anos e caráter indicativo, reunindo projeções e análises voltadas à avaliação da adequação do suprimento energético e das necessidades de expansão da oferta e da infraestrutura associada. Publicado anualmente, o plano incorpora aperfeiçoamentos metodológicos a cada ciclo, além de cadernos temáticos complementares que aprofundam análises setoriais específicas.

Para o PNE 2055, a abertura do processo ocorreu por meio da **Consulta Pública nº 215, de 12 de fevereiro de 2026**, referente a minuta do Relatório Síntese do Plano Nacional de Energia 2055 - PNE 2055. O documento apresenta natureza estratégica e horizonte de 30 anos, com periodicidade quinquenal. Nesta edição, o estudo adota inovações metodológicas, incluindo modelagem integrada orientada à otimização dos custos totais do sistema e à consistência entre oferta, demanda e infraestrutura.

Ambos os planos estão alinhados à Política Nacional de Transição Energética (PNTE) e servem de referência técnica para seus instrumentos correlatos. O PNE 2055 destaca, ainda, que o Brasil dispõe de potencial renovável anual estimado em aproximadamente 1,6 bilhão de toneladas equivalentes de petróleo, volume equivalente a cerca de cinco vezes o consumo energético atual,

## Infraestrutura

configurando vantagem estratégica para atração de investimentos e apoio à descarbonização de cadeias produtivas.

As consultas públicas relativas ao Relatório do PDE 2035 e ao Relatório Síntese do PNE 2055 permanecerão abertas pelo prazo de 30 dias a contar da publicação, podendo receber contribuições por meio do [Portal de Consultas Públicas do Ministério de Minas e Energia](#), assegurando a participação da sociedade, do setor produtivo e de especialistas no processo de planejamento energético nacional.

Para ter acesso às Consultas Públicas nº 214 e 215/2026, [clique aqui](#).

O Plano Decenal de Expansão de Energia 2035 pode ser acessado [clikando aqui](#), e a Minuta do Relatório Síntese do Plano Nacional de Energia 2055, [aqui](#).

## Agenda Estratégica Eletroenergética 2026 é aprovada MME

No dia 11 de fevereiro de 2026, o Ministério de Minas e Energia (MME) aprovou, no âmbito do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), a Agenda Estratégica Eletroenergética 2026, instrumento destinado a fortalecer a segurança e a confiabilidade do fornecimento de energia elétrica no país.

A Agenda tem por objetivo antecipar a identificação e o tratamento de eventuais riscos ao atendimento da demanda, além de aprimorar a coordenação entre os órgãos responsáveis pelo planejamento, operação, comercialização, regulação e monitoramento do setor elétrico. A proposta considera, entre outros aspectos, o cenário operacional do sistema, a evolução da matriz elétrica, o comportamento da carga e os desafios associados ao atendimento em diferentes períodos do ano.

O instrumento organiza as ações prioritárias em três eixos estruturantes: (i) Atendimento à Ponta/Rampa da Carga; (ii) Atendimento à Carga Mínima; e (iii) Segurança e Confiabilidade

## Infraestrutura

Eletroenergética. A sistematização dessas frentes permite identificar pontos de atenção, priorizar medidas preventivas e orientar decisões estratégicas, reforçando a resiliência do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB). A publicação do MME pode ser acessada na íntegra, [aqui](#).



Agenda Estratégica Eletroenergética 2026

## ANEEL aprova editais dos 2º e 3º Leilões de Reserva de Capacidade de 2026

No dia 10 de fevereiro de 2026, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou, durante Reunião Pública Ordinária de Diretoria, os editais do 2º e do 3º Leilões de Reserva de Capacidade na forma de Potência de 2026 (LRCAP nº 02 e nº 03), a serem realizados em março de 2026, em conjunto com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

## Infraestrutura

Posteriormente, em 13 de fevereiro de 2026, em Reunião Pública Extraordinária, a Diretoria da ANEEL aprovou a alteração dos preços-teto dos referidos editais, após comunicação do Ministério de Minas e Energia (MME) sobre a necessidade de revisão dos valores. A deliberação ocorreu em tempo hábil, de forma a preservar o cronograma dos certames.

O LRCAP nº 02 destina-se à contratação de potência elétrica proveniente de empreendimentos de geração novos e existentes, incluindo usinas termelétricas (UTE) a gás natural, a carvão mineral e ampliações de usinas hidrelétricas (UHE). O Leilão está previsto para ocorrer em 18 de março de 2026, com sistemática de lances estruturada em sete rodadas, conforme o ano de início de suprimento (entre 2026 e 2031). Os contratos terão prazos de 10 anos para empreendimentos existentes e até 15 anos para novos projetos e ampliações hidrelétricas. Para o LRCAP nº 02, foram cadastrados e habilitados tecnicamente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) 330 projetos, totalizando 120.386 MW, sendo 311 térmicas a gás natural, 3 térmicas a carvão e 16 ampliações de hidrelétricas.

Já o LRCAP nº 03 contempla a contratação de potência oriunda de empreendimentos existentes, especificamente UTEs a óleo combustível, óleo diesel e biodiesel e está previsto para 20 de março de 2026, com três rodadas correspondentes aos anos de início de suprimento de 2026, 2027 e 2030. Os contratos terão duração de 3 anos para os produtos de 2026 e 2027 e de 10 anos para o produto de 2030 (biodiesel). Foram registrados 38 projetos, somando 5.890 MW, dos quais 18 a óleo e 20 a biodiesel.

Os leilões contratarão energia na modalidade por disponibilidade, abrangendo empreendimentos existentes, novos e ampliações. As usinas vencedoras deverão atender integralmente aos despachos definidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), podendo ter redução na remuneração mensal em caso de desempenho insatisfatório.

Em ambos os certames, o Lance de Disponibilidade de Potência será limitado ao montante total do empreendimento habilitado pela EPE, e a garantia de participação deverá corresponder a R\$ 30.000/MW, calculada sobre a totalidade da potência cadastrada. Os preços-teto, que constituem elemento estruturante dos editais e influenciam diretamente a competição, foram ajustados pela ANEEL conforme diretrizes estabelecidas pelo MME.

## Infraestrutura

Compete ao MME fixar o cronograma e as diretrizes dos leilões, cabendo à ANEEL a operacionalização dos certames. As sessões públicas estão previstas para ocorrer entre os dias 18 e 20 de março de 2026. A íntegra da publicação da ANEEL sobre os editais, pode ser acessado [aqui](#). A publicação da agência sobre os preços-teto, pode ser acessada [aqui](#).

### Preços-teto (R\$/MW.ano) do Leilão nº 02/2026-ANEEL:

Produto	Preço-teto (R\$/MW.ano) Ofício 29/2026/SE-MME	Novo Preço-teto (R\$/MW.ano) Ofício 35/2026/SE-MME
Produto Potência Termelétrica 2026	1.120.000	2.250.000
Produto Potência Termelétrica 2027	1.120.000	2.250.000
Produto Potência Termelétrica 2028 – novos	1.600.000	2.900.000
Produto Potência Termelétrica 2028 – existentes	1.120.000	2.250.000
Produto Potência Termelétrica 2029 – novos	1.600.000	2.900.000
Produto Potência Termelétrica 2029 – existentes	1.120.000	2.250.000
Produto Potência Hidrelétrica 2030	1.400.000	1.400.000
Produto Potência Termelétrica 2030 – novos	1.600.000	2.900.000
Produto Potência Termelétrica 2030 – existentes	1.120.000	2.250.000
Produto Potência Termelétrica 2031 – novos	1.600.000	2.900.000
Produto Potência Termelétrica 2031 – existentes	1.120.000	2.250.000
Produto Potência Hidrelétrica 2031	1.400.000	1.400.000
Custo Marginal de Referência – CMR	1.600.000	2.900.000

## Infraestrutura

### Preços-teto (R\$/MW.ano) do Leilão nº 03/2026-ANEEL:

Produto	Preço-teto (R\$/MW.ano) Ofício 29/2026/SE-MME	Novo Preço-teto (R\$/MW.ano) Ofício 35/2026/SE-MME
Produto Potência Termelétrica 2026	920.000	1.600.000
Produto Potência Termelétrica 2027	920.000	1.600.000
Produto Potência Termelétrica 2030	990.000	1.750.000
Custo Marginal de Referência – CMR	990.000	1.750.000

Gerência Técnica e de Suporte aos Conselhos Temáticos – GETEC

Conselho de Infraestrutura – COINFRA Coordenador: Ricardo Lins Portella Nunes

Contatos: (51) 3347-8829 - Ramal 8829 – [coinfra@fiergs.org.br](mailto:coinfra@fiergs.org.br)